



27 DE MARÇO DE 2018 Terça-feira

- ENTIDADES PATRONAIS PERDEM CERCA DE 80% DO IMPOSTO SINDICAL
- TRT DERRUBA OBRIGATORIEDADE DE COBRANÇA DE IMPOSTO SINDICAL NA BAUMINAS
- SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO DIMINUI 2,2%
- CRÉDITO CORPORATIVO TEM FÔLEGO, MAS ALÍVIO DE CALOTES E JUROS FICA PARA 2019
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA NO BRASIL SOBE EM MARÇO AO MAIOR NÍVEL DESDE 2013, DIZ FGV
- PRODUTIVIDADE É QUESTÃO-CHAVE PARA 2018, APONTA ESTUDO CENÁRIOS PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
- TECNOLOGIA NO BRASIL VOLTA CRESCER EM 2017 E MANTÉM PAÍS ENTRE OS 10 MAIORES MERCADOS DO MUNDO
- INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS ABRE 4,1 MIL VAGAS NO PRIMEIRO BIMESTRE, DIZ ABINEE
- EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO APOSTAM NA RECUPERAÇÃO NOS PRÓXIMOS MESES
- INDÚSTRIA MINEIRA APONTA PRODUÇÃO EM QUEDA EM FEVEREIRO
- PASSADA A CRISE, BANCOS COMEÇAM A PROCURAR CLIENTES PARA OFERECER CRÉDITO
- '2019 SERÁ O ANO DA VERDADE PARA O BRASIL'
- GLP EMPRESARIAL TEM REAJUSTE DE 4,7% EM MÉDIA A PARTIR DE AMANHÃ
- BRF DÁ FÉRIAS COLETIVAS PARA CERCA DE 3 MIL FUNCIONÁRIOS DE UNIDADE DE ABATE EM CAPINZAL
- ELETOBRAS LANÇA PLANO DE DEMISSÃO CONSENSUAL COM META DE DESLIGAR 3 MIL

- BC: HOUE ALTA DO JURO EM FEVEREIRO, MAS TENDÊNCIA DE LONGO PRAZO É DE REDUÇÃO
- BC TRAVA TARIFA DE BANCO NO CARTÃO DE DÉBITO
- JURO MÉDIO TOTAL DO ROTATIVO DO CARTÃO DE CRÉDITO SOBE
- BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,505 BILHÃO NA 4ª SEMANA DE MARÇO
- MEIRELLES: 'VAMOS DEIXAR DE TER CRESCIMENTO DE PATO PARA TER DE ÁGUIA'
- COMPORTAMENTO DA SELIC CONTRIBUI PARA REDUÇÃO DO CUSTO DA DÍVIDA, DIZ TESOURO
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO NO BRASIL VAI EM MARÇO A NÍVEL MAIS ALTO EM 3 ANOS COM RETOMADA DE VENDAS, MOSTRA FGV
- VOTORANTIM AMPLIARÁ SUBSTANCIALMENTE CAPACIDADE DE REDUÇÃO DE DÍVIDA APÓS ACERTO SOBRE FIBRIA, DIZ MOODY'S
- VOLVO CE DEFINE NOVO PRESIDENTE NA AMÉRICA LATINA
- MARCHIONNE: BRASIL DEVE EXPORTAR MAIS E APOSTAR NO ETANOL
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CRESCE 24% EM UM ANO, APONTA BANCO CENTRAL
- FCA NÃO ESTÁ À VENDA, AFIRMA O CEO MARCHIONNE
- VENDA DE MOTOS SINALIZA RECUPERAÇÃO EM MARÇO
- GM RETOMA PRODUÇÃO EM TRÊS FÁBRICAS DO BRASIL
- NISSAN PROJETA VENDA DE 1 MILHÃO DE CARROS ELÉTRICOS POR ANO ATÉ 2022
- CONVITE: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL- PUC 18 A 19/ABRIL

CÂMBIO		
EM 27/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,326	3,326
Euro	4,126	4,128

Fonte: BACEN

Entidades patronais perdem cerca de 80% do imposto sindical

27/03/2018 – Fonte: Valor Econômico



Paulo Skaf, da Fiesp: Redução de custos internos para compensar o que o imposto sindical representava no orçamento

A reforma trabalhista começa a descortinar efeitos dramáticos para as finanças de entidades sindicais, profundamente afetadas pelo fim da obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical. As organizações patronais são as primeiras a amargar perdas. Números atuais da arrecadação da contribuição mostram que elas tiveram redução de cerca de 80% em 2018 na comparação com o ano passado, considerando as maiores confederações e federações setoriais, além das 20 entidades empresariais que mais arrecadam.

Essas organizações patronais em todo o país recolheram mais de R\$ 300 milhões em janeiro de 2018. Em todo o ano passado, o valor global arrecadado somou R\$ 1,4 bilhão, o que indica que o buraco no caixa das entidades pode chegar a R\$ 1,1 bilhão se os recursos não entrarem ao longo do ano.

Embora a informação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho via Lei de Acesso à Informação (LAI) traga períodos distintos para cotejamento, a diferença de R\$ 1,1 bilhão representa a perda potencial que as entidades devem sentir em seus orçamentos neste ano. Isso porque o imposto sindical é recolhido em 31 de janeiro. Depois disso, eventuais entradas no caixa são consideradas residuais. Já o recolhimento-base das entidades de trabalhadores é 31 de março.

O derretimento é geral. Pequenos sindicatos e grandes confederações são atingidos pelas novas regras introduzidas pela reforma trabalhista. Chama atenção o enfraquecimento das receitas das federações estaduais de comércio e das indústrias, que são as maiores potências arrecadadoras entre as entidades patronais.

No fechamento de janeiro deste ano, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) contabilizou só R\$ 2,3 milhões de entrada do imposto sindical contra uma arrecadação de R\$ 16,9 milhões ao longo de todo ano de 2017, uma queda de mais de 85%. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, esperava zero e se surpreendeu com o valor.

"O que entrou foi completamente voluntário, não pedimos. Também não contamos com compensação do Sistema S. Fizemos um ajuste, reduzindo custos, para cobrir os 15% que o imposto sindical representava no orçamento", explica Skaf. Ele admite que isso incluiu renegociação de contratos, junção de departamentos e cortes.

A redução da arrecadação do imposto sindical e de outras receitas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) começou com a recessão econômica de 2014 e 2015. Desde então a entidade vem "reorientando suas despesas", conta o vice-presidente-executivo Ricardo Maia.

Sindicato dos patrões à mingua

Com reforma trabalhista, entidades sindicais patronais perdem receita

Arrecadação do imposto sindical (R\$ mi)



Arrecadação e perdas por entidade**

Entidade	Valor 2017 (R\$ milhões)	Perda (%)
CNI	3	-82,2%
Firjan	1,2	-82,5%
Fiesp	2,3	-85,9%
CNC	5,4	-81,2%
Fecomercio-SP	6,1	-79,1%

Entidades patronais devem perder neste ano de **80% a 90%** da arrecadação do imposto sindical, que somou **R\$ 1,4 bilhão** em 2017

Fonte: Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Trabalho. *Maior parte da arrecadação das entidades sindicais patronais é feita em 31 de janeiro, eventual recolhimento do imposto sindical nos meses seguintes é considerado residual; **Valor arrecado em janeiro de 2018 e percentual de queda dos pagamentos em comparação com 2017 (ano cheio).

"Não estamos fazendo cortes agora. Ajustes de custos e estrutura já ocorreram nos últimos três anos em todo o Sistema Firjan, decorrentes da redução do emprego no Rio e em consequência da queda na arrecadação da contribuição compulsória sobre folha, nossa outra fonte de receita. Nossa estrutura de atendimento foi reduzida em 30%", completa ele.

A queda de arrecadação da Firjan do imposto sindical em 31 de janeiro de 2018 na comparação com o ano passado foi de 82,5%, para R\$ 1,2 milhão. O dirigente da federação acrescenta que o reforço dessa receita será residual ao longo do ano. "Se ocorrer, não será nada acima de R\$ 100 mil de fevereiro a dezembro", diz Maia.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) admite que sua responsabilidade de representar 1,8 milhão de estabelecimentos comerciais e de serviços paulistas "sofrerá" com a queda de 79,1% da arrecadação do imposto sindical em apenas um ano, de R\$ 29,3 milhões em 2017 para R\$ 6,1 milhões em 31 de janeiro.

"Estamos revendo planejamento orçamentário para cumprir nossa função com as receitas existentes. Cortes, como de funcionários, redução de representações e trabalhos institucionais, já foram observados e poderão ocorrer para haver o devido ajuste à atual realidade. Entretanto, outras receitas de serviços a serem implementados serão revertidas em favor da [atividade de] representação", informa Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da Fecomercio-SP.

O dirigente sindical lembra que há dezenas de ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o fim da obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical por parte de trabalhadores e empresas. "A Fecomercio-SP não entrou no Judiciário contra a reforma trabalhista, mas acompanha as ações que estão tramitando. Também é importante destacar que ainda existe a facultatividade do recolhimento. A tendência de queda se manterá, mas podemos ter ligeira elevação [em relação à maior parte da arrecadação registrada em 31 de janeiro] fundada na consciência do empresariado da necessidade de manutenção do sistema sindical de representação", acrescenta Dall'Acqua Junior.

Por meio de nota oficial, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) defendeu uma fonte de receita alternativa, mas não detalhou o assunto. "Esperamos que sejam criadas alternativas para substituir a contribuição sindical, preservando as atividades de representação dos sindicatos empresariais."

á José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), descarta qualquer possibilidade de reativação de qualquer tipo de taxa similar ao imposto sindical. "De jeito nenhum, fomos uma das primeiras entidades a defender o fim da contribuição obrigatória. Se sindicato é bom e produz resultado, as empresas vão querer ficar nele. Isso [o fim da obrigatoriedade de recolhimento do imposto sindical] é bom para acabar com os sindicatos que não representam nada, que são só burocráticos, do lado empresarial e dos trabalhadores."

Na passagem de 2017 para 2018, a perda de arrecadação do Sinduscon-SP foi de 91%, passando de R\$ 7,6 milhões para pouco mais de R\$ 600 mil. Ainda no ano passado, antes mesmo de a reforma trabalhista entrar em vigor, a entidade se reestruturou. Cortou metade dos funcionários da sede e de subsedes, terceirizou departamentos administrativos e está apostando na transformação de empresas filiadas em associadas, que pagam uma mensalidade ao sindicato.

"Temos espaço grande para crescer e ampliar nossas receitas, apesar das perdas. Temos 12 mil empresas filiadas. Desse total, nos últimos meses, já conseguimos convencer 1,2 mil a se associarem", complementa Ferraz Neto. (Colaboraram Fernando Torres e Catherine Vieira, de São Paulo).

TRT derruba obrigatoriedade de cobrança de imposto sindical na Bauminas

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

As muitas controvérsias que vêm surgindo com aplicação da reforma trabalhista, em vigor desde 11 de novembro do ano passado, têm levado juízes de segunda instância cassarem decisões confirmadas na Justiça Trabalhista de primeira instância por todo País.

Exemplo disso aconteceu na última quinta-feira (22), quando os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (TRT-3), em Minas Gerais, suspenderam a obrigatoriedade do Grupo Bauminas Mineração de descontar de seus funcionários um dia de trabalho em março a título de contribuição sindical.

Os desembargadores do TRT-3 julgaram procedente mandado de segurança, com pedido liminar de urgência, impetrado naquela vara pela advogada trabalhista Cláudia Securato, do Escritório Securato Abdul Ahad Advogados, contra decisão do juiz Luiz Olympio Brandão Vidal, da Vara do Trabalho de Cataguazes (MG), que declarou inconstitucional a facultatividade da contribuição sindical, estabelecida pela reforma trabalhista.

A sentença do juiz na primeira instância atendeu a pleito do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisas, Extração e Beneficiamento de Minérios e Metais Básicos Metálicos e não Metálicos, obrigando o Grupo Bauminas a recolher e repassar a contribuição ao sindicato sem a prévia autorização dos funcionários como determina a reforma trabalhista.

Os desembargadores do TRT-3 entenderam que a decisão do juiz na primeira instância "mostrou-se como clara violação ao direito líquido e certo da Empresa", visto que, contrariamente ao que fora fundamentado pelo Magistrado, não há qualquer impedimento jurídico referente à aplicação da Lei 13.467/2017 no que diz respeito à necessidade de autorização prévia e expressa do empregado para a efetivação dos descontos relativos à contribuição sindical em seus holerites.

Os juízes do TRT-3 também fundamentaram a decisão na segunda instância, em favor do Grupo Bauminas, com que diz o artigo 97, I do Código Nacional Tributário (CNT), segundo o qual somente a Lei pode instituir ou extinguir tributos. Sendo assim, de acordo com o TRT-3, a Lei Ordinária que aprovou a reforma trabalhista é o meio próprio para a referida extinção, não havendo o que se falar em necessidade de Lei Complementar para esse fim.

Cláudia entende que a decisão do TRT-3 abre um grande precedente para que outras empresas recorram também de decisões tomadas pelas varas inferiores no âmbito do direito trabalhista. De acordo com ela, março tem sido "o olho do furacão" para os profissionais da área trabalhista por causa do imposto sindical.

Ela recomenda às empresas a criarem formulários para os funcionários preencherem dizendo se querem ou não fazer a contribuição. “É bom que as empresas guardem os formulários preenchidos porque no fim quem paga as contas são as empresas”, disse Cláudia, acrescentando que no caso da Bauminas a empresa resolveu recorrer à Justiça contra o Sindicato dos Mineradores por receio de fazer a cobrança e mais tarde vir a ser acionada judicialmente e ter que devolver o dinheiro aos empregados com juros e correção monetária.

“Os sindicatos estão ajuizando ações pelo Brasil todo contra as empresas e com pedido de liminar. E os juízes na primeira instância estão concedendo liminares ordenando que a contribuição fosse recolhida independentemente da autorização do empregado sob a argumentação de que a reforma trabalhista é inconstitucional. Essas são as peças dos sindicatos que vários juízes acolhem”, alerta a advogada da Securato Abdul Ahad.

Para Cláudia Securato, o Ministério do Trabalho tem parcela de culpa na confusão criada em torno da cobrança da contribuição sindical porque emitiu uma conturbada nota técnica afirmando que o imposto poderia ser recolhido desde que aprovado em assembleias sindicais. “O artigo 611 da reforma trabalhista também fala que não podem ser instituídas cobranças de contribuições sindicais por assembleias. Isso gerou muita repercussão porque o ministério emitiu uma nota técnica contra uma lei feita pelo governo”, criticou a advogada.

Ela diz acreditar que quem vai ter que pacificar essa questão da contribuição sindical é o Tribunal Superior do Trabalho (TST). “Meu ponto de vista é que o TST vai fazer cumprir a lei.”

Salário médio de admissão diminui 2,2%

27/03/2018 – Fonte: Diário do Comércio – (publicado em 24/03/2018)

O salário médio de admissão no mercado de trabalho formal registrou queda real de 2,2% em fevereiro em relação a janeiro de 2018, para R\$ 1.502,68, segundo dados divulgados na sexta-feira pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Na comparação com fevereiro de 2017, ao contrário, houve aumento real de 2,6%.

Como tem ocorrido nos últimos meses, o salário dos novos empregados ficou abaixo do que era recebido pelos trabalhadores demitidos em fevereiro. Na média, o salário dos demitidos foi de R\$ 1.662,95. Os que entraram no mercado de trabalho, portanto, recebem o equivalente a 87,31% dos que foram demitidos.

Entre os setores da economia, a indústria extrativa é o segmento que tem mais diferença salarial entre demitidos e contratados: o salário médio dos que entraram é 68,4% da renda média dos demitidos em fevereiro.

Na indústria, a proporção é inferior à média da economia e ficou em 79,5%. A agropecuária é o ramo da economia em que contratados e demitidos recebem basicamente a mesma coisa: os novos salários equivalem a 99,6% da renda dos que deixaram os empregos.

Crédito corporativo tem fôlego, mas alívio de calotes e juros fica para 2019

27/03/2018 – Fonte: DCI

Sinalização vem do menor uso do rotativo do cartão. Tendência é de que capital de giro cresça no primeiro semestre deste ano, mas que modalidades mais “seguras” ganhem força a partir de julho

BUSCA POR RECURSOS

Concessões totais de crédito para pessoas físicas e jurídicas • Em bilhões de R\$

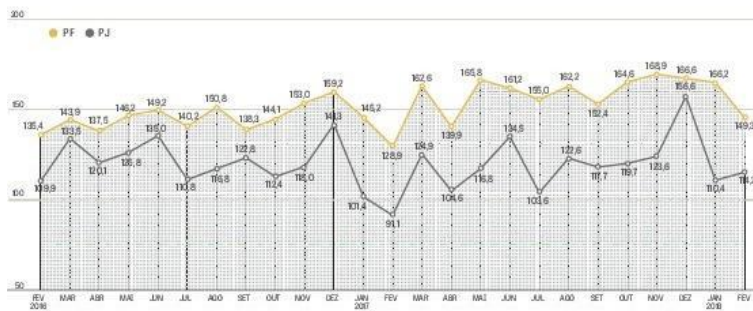


FOTO:

A queda de 37,2% no uso do rotativo e parcelado do cartão de crédito pelas empresas sinaliza tendência de melhora no setor privado. As incertezas políticas e avanço no mercado de capitais, porém, adiam recuos mais expressivos nos juros e calotes para 2019.

Os últimos dados do Banco Central (BC), divulgados ontem, apontam que o uso do rotativo e do parcelado do cartão ficaram em R\$ 932 milhões em fevereiro deste ano, contra os R\$ 1,486 bilhão vistos em igual mês de 2017.

O uso do plástico à vista, por sua vez, aumentou 43,7% na mesma relação, saindo de R\$ 2,697 bilhões para um total de R\$ 3,878 bilhões.

“Exatamente pela rotatividade, o cartão de crédito é um dinheiro mais fácil de obter. E quanto mais facilidade, mais caro. Se o uso desse meio diminuiu é um sinal positivo de que a inadimplência está se tornando realidade”, explica o economista e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV) Alberto Ajzentel.

Ainda segundo os dados do BC a inadimplência da modalidade ficou em 10,1% no mês passado, queda de 6,2 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 2017, quando marcava 16,3%.

Para o professor da Saint Paul Escola de Negócios Maurício Godoi, o movimento acaba sendo natural em um cenário em que as empresas conseguem gerenciar melhor seu fluxo de caixa.

“Antes, as empresas precisavam do cartão de crédito para financiar a própria produção. Agora, é um novo cenário econômico e de mercado que vivemos e isso faz com que os bancos permitam uma tendência melhor nas concessões e na redução dos juros para companhias”, explica.

Os juros da modalidade, porém, ainda são altos. Em fevereiro, o rotativo ficou em 310,6% ao ano (a.a.), mesmo com queda de 60,1 pontos percentuais (p.p.) ante igual mês de 2017 (370,7% a.a.).

Já o parcelado do cartão, no entanto, mostrou alta de 109,2 p.p. na mesma comparação, de 37,5% a.a. para 146,7% a.a.

“O avanço ainda depende do nível de surpresa das eleições deste ano”, complementa Godoi, reforçando que, com o atual ambiente fiscal e político, a ideia é que a migração se alterne entre capital de giro e antecipação de recebíveis.

“As empresas começam a sair de linhas mais caras e migrar para outras modalidades mais seguras. A expectativa é que neste semestre, vejamos um movimento maior de capital de giro – com maior risco – e, a partir de julho, o foco volte a ser antecipação de recebíveis”, avalia o especialista.

Em relação às concessões, as linhas de antecipação de faturas de cartão e desconto de duplicatas cresceram 142% e 33,7%, para R\$ 10,3 bilhões e R\$ 19,302 bilhões, respectivamente em fevereiro contra igual mês de 2017. Capital de giro, por sua vez, recuou 0,24%, para R\$ 10,875 bilhões.

Mercado de Capitais

Ao mesmo tempo, os especialistas consultados pelo DCI ponderam a concorrência do mercado de capitais como algo que também influencie no mercado de crédito em 2018. Segundo o professor de finanças do Labfin da Fundação Instituto de Administração (FIA) Marcos Piellusch, com o "ano bastante incerto", bancos e tomadores só assumirão riscos maiores se "as condições se mostrarem mais estáveis".

"E isso vale não apenas para o mercado de crédito, mas também para o de capitais", pontua o professor.

Ele comenta, ainda, que mesmo que o atual momento "dificulte o processo de retomada", a partir de uma definição política e fiscal, o ambiente deve melhorar. "É tudo uma questão de humor e confiança para que mais recursos via investimentos entre. Esse segmento, inclusive, pode crescer mais e em maior velocidade do que o crédito, principalmente a partir de 2019", conclui.

Confiança da indústria no Brasil sobe em março ao maior nível desde 2013, diz FGV

27/03/2018 – Fonte: Reuters

A confiança da indústria do Brasil chegou ao nível mais alto em cerca de quatro anos e meio em março tanto com melhora na percepção da situação atual quanto das perspectivas sobre o futuro próximo, apontou nesta terça-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV).

No mês, o Índice da Confiança da Indústria (ICI) subiu 1,3 ponto e chegou a 101,7 pontos, nível mais alto desde agosto de 2013 (101,9 pontos). Com o resultado, o ICI médio do primeiro trimestre foi a 100,5 pontos, 2,9 pontos acima do trimestre imediatamente anterior.

"Após quase cinco anos com prevalência de respostas desfavoráveis e pessimistas na pesquisa, o setor industrial brasileiro retorna a uma situação de normalidade em relação às avaliações sobre a situação atual e às perspectivas para o futuro próximo", explicou a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV/IBRE, Tabi Thuler Santos, em nota.

O Índice da Situação Atual (ISA) subiu 1,2 ponto em março e foi a 100,6 pontos, influenciado principalmente pela melhora no nível da demanda, depois de recuar 1,5 ponto no mês anterior.

O Índice de Expectativas (IE) avançou 1,4 ponto e chegou a 102,8 pontos, nível mais elevado desde junho de 2013, com alta do indicador de expectativas com a evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes.

Segundo a FGV, essa foi a primeira vez desde setembro de 2013 em que os dois índices terminaram juntos acima do nível neutro de 100 pontos, o que "indica que a satisfação da indústria com o momento presente e o otimismo com o futuro próximo estão, agora, acima do que geralmente o setor reporta na pesquisa".

A coordenadora da FGV também destacou "a continuidade do processo de recuperação da demanda no mercado interno e do nível de utilização da capacidade instalada, indicadores que perderam muito nos últimos anos e demoraram a dar sinais de recuperação consistente".

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada em março teve aumento de 0,5 ponto percentual e chegou a 76,1 por cento, patamar mais elevado desde maio de 2015 (76,6 por cento).

O resultado da confiança da indústria acompanha o cenário no setor de comércio, cuja confiança melhorou em março pela sétima vez seguida, informou a FGV também nesta terça-feira.

A produção da indústria do Brasil iniciou 2018 com queda de 2,4 por cento em janeiro sobre o mês anterior, a perda mais forte em dois anos devido ao ajuste na fabricação de veículos, de acordo com dados do IBGE.

Produtividade é questão-chave para 2018, aponta estudo Cenários para a Indústria Automobilística

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Quinta edição do levantamento evidencia os próximos desafios do setor e o descrédito do rota 2030

A indústria automotiva brasileira enfim saiu do cenário de escassez e encerrou o ciclo de contração nas vendas. A questão é que a nova etapa não é exatamente de abundância, mas de ajustes e preparação para a fase de crescimento, com investimento em produtividade, em renovação de portfólio e na revisão dos processos.

Em suma, a busca é por eficiência. Essa é uma das conclusões do estudo Cenários para a Indústria Automobilística, realizado pela Roland Berger em parceria com **Automotive Business** para medir a temperatura da indústria. Em sua quinta edição, o levantamento teve recorde de participantes, com mais de 600 respondentes que atuam em diversos elos da cadeia de valor – quase metade deles em posições de diretoria, vice-presidência e presidência.

“É interessante notar que houve mudança de prioridades das empresas automotivas em relação a 2017. Enquanto este ano o foco estratégico está em ganhar produtividade, no ano passado a busca era por exportar mais e ajustar o quadro de funcionários e a capacidade produtiva”, avalia Rodrigo Custódio, diretor da Roland Berger, sinalizando que o panorama para o setor mudou.

Buscar novos mercados, diz, é outra meta importante, destacada por 30% dos entrevistados. A ociosidade continua como um desafio, aponta o estudo, e tende a oscilar entre 50% e 75%. Para 51% dos participantes, a lucratividade é a segunda grande barreira para a evolução do setor.

O levantamento também mostrou que o setor automotivo faz esforço tecnológico no Brasil. Para a maioria dos profissionais (56%), digitalização e indústria 4.0 são as maiores tendências para a área de manufatura, à frente de aspectos como economia

de energia e recursos e revisão de relações trabalhistas. “É um sinal de que as empresas querem estar prontas para uma retomada mais consistente”, observa o diretor da Roland Berger.

ROTA 2030 EM DESCRÉDITO

O Rota 2030, conjunto de regras para a indústria automotiva que deveria ter sido anunciado em agosto de 2017, é bem avaliado pelos profissionais que participaram da pesquisa, mas cai em descrédito pelo atraso na implementação. Para 31%, após tanta demora, o programa nem sequer deve entrar em vigor. Ainda assim, 91% dos entrevistados afirmam que a estrutura da legislação é interessante, atendendo parcial ou amplamente às necessidades da indústria.

A cadeia produtiva entende que as medidas de apoio aos fornecedores são os aspectos mais importantes do Rota 2030, seguidas das metas de eficiência energética para os veículos vendidos localmente e de medidas de incentivo a pesquisa, desenvolvimento e engenharia. A avaliação não é tão positiva quando se refere ao Inovar-Auto, programa que terminou em 2017. Apenas 25% dos participantes apontam que a legislação contribuiu de forma significativa para a indústria.

OTIMISMO MODERADO

O diretor da Roland Berger diz que a pesquisa indicou um otimismo moderado da indústria. Nos últimos anos as perspectivas foram revisadas para baixo muitas vezes, o que faz com que as empresas estejam cautelosas”, entende. O levantamento indicou que 68% dos entrevistados apostam em crescimento de 5% a 10% das vendas de veículos leves, com apenas 19% dos participantes estão convencidos de que os emplacamentos poderão aumentar mais do que 10%. Já a expectativa para as exportações é de alta da mesma proporção, de 5% a 10%, segundo 51% dos entrevistados.

Apesar do horizonte positivo para 2018, as empresas acreditam que os picos históricos de vendas do mercado brasileiro só poderão ser alcançados novamente no médio prazo, a partir de 2022.

Depois da contração tão severa dos últimos anos, o setor de caminhões enfim trabalha com horizonte mais positivo. Dos respondentes, 38% apostam em aumento de mais de 10% dos emplacamentos e 46% em evolução de 5% a 10%. Para a maioria, a evolução depende principalmente da expansão do PIB (Produto Interno Bruto). Oferta de crédito e confiança da indústria também são variáveis importantes para o resultado.

Na opinião dos participantes do estudo, o mercado internacional continuará com grande importância para escoar a produção brasileira de caminhões e ônibus: 49% acreditam que as exportações tendem a crescer de 5% a 10%.

Custódio destaca um aspecto interessante revelado pelo estudo, o maior interesse dos concessionários nas divisões de pós-venda e de veículos usados – negócios que não eram priorizados quando os emplacamentos de novos estavam em alta. “É uma evolução importante”, diz. Para 70%, a pressão sobre as margens deve ser o principal desafio dos distribuidores de veículos. Parcela de 75% acredita que a digitalização é um processo relevante para o negócio, garantindo maior interação das marcas com os clientes.

Por outro lado, os profissionais reconhecem que há obstáculos para que essa tendência avance rapidamente nas concessionárias, com falta de conhecimento sobre o tema nas empresas e desafios para capacitar a equipe de vendas justamente em momento de dificuldades econômicas. O aumento das consolidações entre grupos de distribuição é outro caminho importante, apontado por 44% dos entrevistados.

CONSUMIDORES MAIS RACIONAIS

Entre os participantes da pesquisa, 72% entendem que o preço seguirá como aspecto mais relevante para que o consumidor decida pela compra de um modelo, seguido de marca e design exterior. Já 52% avaliam que o cliente dará mais atenção ao custo total de propriedade do automóvel. Com a evolução dos motores, cada vez menores e mais potentes, 60% dos entrevistados avaliam que os propulsores de 1.0 a 1.4 terão maior expansão da demanda.

Para 80% dos respondentes, os utilitários esportivos seguirão como segmento de maior crescimento. Entre os itens mais valorizados pelos consumidores, a pesquisa evidenciou ar-condicionado em primeiro lugar, seguido de direção hidráulica ou elétrica e de recursos de conectividade.

Entre as tecnologias mais avançadas, 63% dos entrevistados entendem que a tendência mais relevante para o Brasil nos próximos anos é a eletrificação, seguida por digitalização e conectividade e ainda por novos modelos de mobilidade. Ainda assim, 32% reconhecem que a infraestrutura de recarga é um desafio para o avanço dos carros elétricos, além do preço elevado e da falta de incentivos governamentais.

Tecnologia no Brasil volta crescer em 2017 e mantém país entre os 10 maiores mercados do mundo

27/03/2018 – Fonte: G1



Linha de montagem da fabricante brasileira Positivo Informática, fabricante brasileira de computadores. (Foto: Divulgação/Positivo)

O setor de tecnologia brasileiro voltou a crescer em 2017 após amargar uma queda inédita no ano anterior. Com o desempenho, o Brasil manteve a nona posição no ranking global e permaneceu no grupo das 10 maiores potências do mundo.

No ano passado, as empresas de tecnologia no país movimentaram US\$ 38 bilhões, um crescimento de 4,5% em relação a 2016, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) na noite desta segunda-feira (26).

Os dados agregam os negócios fechados por companhias de software, hardware e de serviços. As empresas que vendem equipamentos movimentaram US\$ 19,5 bilhões, enquanto as prestadoras de serviços e as desenvolvedoras de programas de computador e aplicativos geraram US\$ 10,4 bilhões e US\$ 8,2 bilhões, respectivamente. Os dados foram levantados pela IDC.

"Foi uma boa retomada", afirma Jorge Sukarie Neto, vice-presidente do conselho da Abes, diz, lembrando que o país já chegou a ser o sétimo maior mercado.

"O Brasil manteve a nona posição. Não é nenhum demérito e a gente tem que reconhecer que passamos por enormes dificuldades."

Ele se refere à instabilidade política que, ao lado da crise econômica, fez os investimentos em tecnologia se retraírem. "Até dois anos atrás, a gente tinha crescimento de dois dígitos", diz. O encolhimento começou a ser percebido em 2015, quando a alta nos negócios caiu para um dígito, e culminou em 2016, quando a queda foi de 3,6%.

Projetos engavetados

Para Sukarie Neto, o crescimento em 2017 foi um reflexo do reaquecimento da economia associado a uma maior confiança de empresários na situação política, que os fizeram desengavetar investimentos em tecnologia que haviam sido colocados em espera.

“A tecnologia é fundamental para todos os setores, do varejo ao financeiro. Nenhum setor consegue evoluir e ser produtivo em mundo globalizado se não tiver investimento em tecnologia da informação. O que vimos no Brasil em 2016 é que chegamos a uma situação econômica é que não sabíamos se o país seria viável. Só depois do impeachment da Dilma, a gente conseguiu ver uma luz no fim do túnel”, afirmou.

Mercado maduro

O executivo da Abes aponta ainda que os montantes investidos nos três segmentos de negócio denotam que o Brasil está se transformando um mercado de tecnologia maduro. Se, em 2014, 67% dos investimentos em tecnologia eram feitos em hardware, em 2017, esse índice caiu para 51%.

“Quanto mais você investe em software e serviços, melhor o grau de investimento em tecnologia da informação de um país”, diz Sukarie Neto.

“Investimento em hardware significa que o país está numa fase em que está construindo a infraestrutura ainda e não está investindo em inteligente, em capacidade de processamento.” No ano de 2017 o Brasil também voltou a ampliar sua participação nos investimentos totais da América Latina. Dos US\$ 97,3 bilhões de negócios gerados na região, o Brasil foi responsável por 39% --no ano anterior, a fatia do país havia sido de 36%.

Ainda que tenha voltado a crescer, o mercado de tecnologia brasileiro ficou abaixo da alta global, que foi de 5,5% e chegou a US\$ 2 trilhões. Para 2018, a expectativa da Abes é que o crescimento no mundo seja de 4,3% e o avanço no país seja de 4,1%.

Indústria de eletrônicos abre 4,1 mil vagas no primeiro bimestre, diz Abinee

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O emprego na indústria nacional de eletroeletrônicos vem dando sinais de recuperação, ainda que longe de recuperar todas as vagas fechadas durante a crise. Segundo balanço da Abinee, entidade que representa o setor, 4,1 mil postos de trabalho foram criados nas fábricas de produtos elétricos e eletrônicos nos dois primeiros meses deste ano, 50% a mais do que as 2,7 mil vagas abertas no primeiro bimestre do ano passado.

Para o presidente da Abinee, Humberto Barbato, o dado reflete a recuperação gradual na atividade do setor e a tendência ao restante do ano é positiva.

Nos últimos 12 meses, a indústria eletroeletrônica abriu 2,8 mil vagas, o que levou a ocupação total no setor para 238,3 mil trabalhadores no fim de fevereiro.

O número, contudo, ainda está bem abaixo de dezembro de 2014, quando essa indústria empregava 294 mil pessoas.

Empresários da construção apostam na recuperação nos próximos meses

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os empresários da indústria da construção apostam na recuperação do setor nos próximos seis meses, segundo aponta a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta segunda-feira, 26, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, o índice de confiança dos empresários da construção (Icci-Construção) subiu para 57 pontos em março, ante 56,3 pontos de fevereiro.

Entre os componentes do Icei-Construção, o Indicador de percepção sobre as condições atuais ficou em 50,3 pontos, acima da linha divisória dos 50 pontos. Segundo a Sondagem, isso mostra que os negócios pararam de piorar. O indicador de expectativa aumentou 0,7 ponto em relação a fevereiro, atingindo 60,5 pontos, "mostrando que os empresários estão otimistas com o desempenho do setor nos próximos seis meses".

"A retomada da economia e a queda da taxa básica de juros são essenciais para a recuperação do setor e contribuem para as perspectivas positivas dos empresários", diz a economista da CNI, Flávia Ferraz.

A pesquisa também aponta que os empresários apostam no aumento do nível de atividade, na contratação de novos empreendimentos e serviços, no crescimento das compras de matérias-primas e insumo e do número de empregados nos próximos seis meses. Todos esses indicadores ficaram acima dos 50 pontos em março. Os indicadores variam de zero a cem pontos. Quando ficam acima de 50 mostram que os empresários estão confiantes.

Já com relação a investimentos, por outro lado, os empresários continuam pouco dispostos a investir. O indicador de intenção de investimento caiu 1 ponto em relação a fevereiro e ficou em 31,1 pontos em março. Esse indicador também varia de zero a 100 pontos e quanto menor o indicador, menor é a propensão para o investimento.

Segundo o documento da CNI, uma das causas para a baixa intenção de investir é a elevada ociosidade do setor. O nível de utilização da capacidade instalada na indústria da construção ficou em 57% em fevereiro, ante 60% em janeiro.

Ainda de acordo com a pesquisa, a atividade e o emprego na construção continuaram caindo em fevereiro. O indicador de nível de atividade ficou em 46,2 pontos e o de número de empregos chegou a 44,1 pontos. Nesse caso, os índices também variam de zero a 100 pontos e, quando estão abaixo de 50 pontos, mostram queda da atividade e do emprego.

A Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 13 de março com 599 empresas.

Indústria mineira aponta produção em queda em fevereiro

27/03/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A indústria mineira aponta sinais de recuperação da atividade na comparação com os anos anteriores. É o que mostra a Sondagem Industrial, divulgada na sexta-feira (23) pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que apontou, em fevereiro, uma melhora na produção na comparação com o mesmo mês de 2017, apesar de ainda indicar queda pelo quarto mês consecutivo.

O índice de evolução do número de empregados também registrou recuo, mas foi o melhor para o mês em quatro anos, enquanto o indicador de utilização da capacidade instalada apresentou aumento, mas se manteve abaixo dos 50 pontos, sinalizando um nível de atividade industrial ainda inferior ao habitual para o mês.

De acordo com o levantamento, no segundo mês de 2018, o índice de evolução da produção registrou 43,2 pontos, permanecendo abaixo dos 50 pontos. O indicador foi 4,8 pontos menor que o de janeiro, quando alcançou 48 pontos, e um ponto superior ao de fevereiro de 2017, quando registrou 42,2 pontos.

Segundo a analista de Estudos Econômicos da Fiemg, Annelise Rodrigues Fonseca, a queda do desempenho da indústria era esperada para o mês de fevereiro devido às férias; já o aumento do índice na base comparativa com 2017 é considerado indicativo

de recuperação. “Geralmente, dezembro, janeiro e fevereiro são meses de concentração de férias na indústria e é um período desaquecido, no qual se espera redução na produção”, explicou.

O movimento de recuperação da atividade também pode ser percebido pelo indicador de emprego, que permaneceu praticamente estável, passando de 48,2 pontos em janeiro, para 47,7 pontos em fevereiro. Embora aponte recuo no emprego devido ao número abaixo de 50 pontos, o índice foi o melhor para o mês em quatro anos e 1,8 ponto superior a fevereiro de 2017, quando marcou 45,6 pontos.

“Os dados mensais de emprego mostram certa recuperação, apesar de o indicador ainda estar abaixo da pontuação desejável. Podemos verificar recuperação na comparação com fevereiro dos últimos anos”, ressaltou Annelise Fonseca.

A utilização da capacidade instalada efetiva em relação à usual apresentou o melhor indicador para o mês de fevereiro desde 2014 e passou de 40,3 pontos em janeiro para 41,2 pontos em fevereiro deste ano. Já o nível de estoques, que havia atingido ajuste de acordo com o planejado pelas empresas em janeiro, teve um pequeno acúmulo em fevereiro.

O indicador de estoque efetivo em relação ao planejado registrou 51,6 pontos em fevereiro, resultado que sinaliza que, mesmo com a estabilidade nos estoques finais, houve acúmulo indesejado em nível moderado. O índice de evolução dos estoques finais atingiu 49,4 pontos, valor próximo aos 50 pontos pelo sétimo mês seguido.

Expectativas – Para os próximos seis meses, a Sondagem Industrial da Fiemg mostra que a perspectiva dos empresários é de crescimento da atividade, com melhora da produção, aumento da demanda, da compra de matéria-prima e de novas contratações no curto prazo. Nesse cenário, as intenções de investimento seguem em crescimento.

Em março deste ano, o índice de expectativa de demanda atingiu 59,4 pontos, crescimento de 2,6 pontos frente a fevereiro e o maior nível registrado para o mês em seis anos. Já a expectativa de compra de matéria-prima cresceu 2,9 pontos na comparação com fevereiro e apresentou 57,6 pontos em março, melhor resultado para o mês desde 2012. O indicador de perspectiva de evolução do emprego sinaliza a intenção de contratar nos próximos seis meses, na marca dos 52,5 pontos, também é o maior índice para março desde 2012.

O índice de intenção de investimento avançou, passando de 50,6 pontos em fevereiro, para 52,0 pontos em março, melhor nível para o mês desde o início da série histórica, em 2014. Esse otimismo pode ser atribuído à percepção de melhora do cenário econômico por parte dos empresários, segundo a analista de Estudos Econômicos da Fiemg.

“Todos os nossos índices de expectativa aumentaram, principalmente devido à melhora da economia no País. O índice de confiança dos empresários também está positivo, além da taxa de juros baixa e disponibilidade de crédito, que favorecem novos investimentos”, avaliou.

Passada a crise, bancos começam a procurar clientes para oferecer crédito

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de passar os últimos anos segurando a concessão de crédito, os bancos passaram a procurar os clientes para oferecer empréstimos. O movimento começa a aparecer aos poucos nos dados do Banco Central, que, nessa segunda-feira, 26, revisou para cima a projeção de crescimento para o crédito livre, em que as taxas são

definidas pelas próprias instituições financeiras. A alta deve ser de 6% este ano e não de 4%, como o BC havia previsto.

“Antes os gerentes não visitavam as empresas para oferecer crédito, agora todos estão fazendo isso, embora as taxas continuem elevadas”, disse o diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças e Contabilidade (Anefac), Miguel Ribeiro de Oliveira. Nos financiamentos ao consumidor, ele tem observado uma flexibilidade maior nas concessões. “Há um ano, de cada dez fichas, os bancos aprovavam duas. Agora, aprovam cinco.”

Os gerentes do Itaú desde o ano passado visitam os empresários com um tablet para agilizar as operações de crédito. O Bradesco começou a oferecer prazos mais longos para o consumidor e o Santander estuda fazer o mesmo.

Os dados do BC mostram que a retomada da oferta de crédito ao consumidor começou a se desenhar no segundo semestre do ano passado. Já a volta do financiamento para empresas ocorreu a partir do último trimestre, depois de um longo período de aperto. Nos três meses encerrados em fevereiro, o volume de novos financiamentos aprovados para empresas cresceu 7,4% em relação ao trimestre móvel anterior. Para o consumidor, a alta foi de 0,9%.

Com a queda na taxa básica de juros, que na semana passada recuou para 6,5% ao ano, a mínima histórica, aplicar em títulos públicos ficou menos rentável para os bancos, obrigando as instituições financeiras a aumentar a disposição de emprestar, na tentativa de compensar as perdas.

O diretor de Empréstimos e Financiamentos do Bradesco, Leandro José Diniz, disse que o banco está mais acessível nos empréstimos. Questionado se o banco estaria mais agressivo no crédito, especialmente a empresas, ele explicou que os gerentes estão sempre visitando os clientes. “Quando o mercado melhora, a gente acompanha também.”

No caso do consumidor, o melhora do cenário se refletiu em prazos mais longos no crédito pessoal sem garantias na carteira do banco. “De setembro para cá o prazo médio de 18 meses está indo para 34, porque o cliente se sentiu mais confortável.”

Eduardo Jurcevic, superintendente executivo de produtos de Crédito à Pessoa Física do Santander, enfatizou que o banco nos últimos 12 meses já vinha numa “toada bastante forte” no crédito e que não mudou os modelos de risco na concessão por causa da melhora do quadro econômico. No entanto, ele disse que está no radar do banco um alongamento de prazos de pagamento. Os prazos médios do consignado e do crédito pessoal estão em 70 e 28 meses, respectivamente. “Não vejo motivos para não subir prazos em 20%.”

O Itaú Unibanco mantém a política de crédito e risco, disse o diretor, André Daré. Ele observou que no primeiro trimestre do ano tem aumentado a demanda por capital de giro por parte das pequenas e médias empresas em razão da melhora da economia. “É obvio que num cenário econômico favorável a gente faz ações comerciais para estar próximo do cliente.”

'2019 será o ano da verdade para o Brasil'

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Bolsa brasileira caminha para ter um desempenho muito positivo em 2018, apesar da volatilidade que as eleições presidenciais podem causar, na visão de Emy Shayo, estrategista para América Latina e Brasil do banco americano JP Morgan. Ela tem uma recomendação de compra da Bolsa brasileira, baseada num cenário externo benigno e na perspectiva de um crescimento forte nos lucros das empresas brasileiras. No seu

cenário mais otimista, o Ibovespa pode chegar a 97.100 pontos ao fim de 2018. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O JP Morgan tem uma recomendação de compra para a Bolsa brasileira? Por quê?

No JP Morgan, gostamos de dizer que os investidores em mercados emergentes são turistas do crescimento. Temos observado que as economias emergentes têm crescido acima das dos países desenvolvidos.

Onde entra o Brasil nisso? Entre todos os países emergentes, principalmente os mais relevantes, o Brasil está apresentando o maior delta de crescimento: o PIB cresceu 1% no ano passado e deve crescer 3% neste ano, que é a nossa estimativa. Essa diferença de 2 pontos torna o Brasil muito atraente em termos de investimentos. Comparando com outros mercados emergentes, a Bolsa brasileira oferece a maior perspectiva de crescimento de lucros das empresas.

Como as eleições presidenciais podem afetar a Bolsa ao longo deste ano?

A corrida presidencial pode afetar a Bolsa em particular pelo grande nível de incerteza. Não sabemos quem pode chegar ao segundo turno nem ao menos quem são os candidatos hoje.

Mas uma mensagem importante é a seguinte: os investidores estrangeiros acreditam que as pessoas no Brasil já entenderam que as reformas são necessárias. E mesmo os principais candidatos têm, de uma forma ou de outra, uma plataforma reformista. Pode-se dizer que, obviamente levando em conta as diferenças entre os candidatos, de um jeito ou de outro, o resultado das eleições será um que estará no caminho das reformas.

O que vai pesar mais na Bolsa, o cenário externo ou fatores locais, como as eleições?

Até a metade do ano, no mínimo, as questões globais ainda vão ter um peso importante, exatamente por esse nível elevado de incertezas em torno das eleições presidenciais.

Em março, até o dia 20, os investidores estrangeiros já haviam retirado quase R\$ 4,5 bilhões da Bolsa brasileira. Como explica isso?

Assim como a nossa recomendação para a Bolsa, os investidores estrangeiros estão com uma posição de compra ou "overweight" no Brasil, isto é, tem uma alocação maior do que recomendaria o índice.

O que talvez esteja acontecendo é que os investidores estrangeiros talvez estejam retirando dinheiro do mercado ativo, isto é, de compras diretas de ações, como se pode observar nos dados reportados pela B3, porém estão com uma carteira mais balanceada, uma vez que estamos observando uma certa criação de ETFs.

Não ameniza esse grande fluxo que estamos vendo de saída na B3, mas não acho que seja preocupante, pois estamos vendo um fluxo forte para fundos de mercados emergentes. Em 2018, já entraram US\$ 41 bilhões em fundos de mercados emergentes. Em 2017, foram US\$ 80 bilhões. O Brasil corresponde a 7,5% do índice de mercados emergentes. Então não é possível que dinheiro esteja entrando nos mercados emergentes e não chegue ao Brasil.

Nos últimos dias, o Ibovespa tem tido muita dificuldade de subir e superar a resistência dos 87 mil pontos. Mas após as reuniões de política monetária do Fed e do Copom, que foram favoráveis aos ativos de risco, até onde o Ibovespa pode chegar?

No JP Morgan, trabalhamos com bandas para a Bolsa. Aos 87 mil pontos, o Ibovespa está no cenário base (86.400 pontos) que traçamos em novembro passado. Jamais imaginei que em março a Bolsa já atingiria o nosso cenário base. O que aconteceu? O

crescimento da economia mundial foi melhor que o esperado, levando a um aumento dos preços de commodities.

E o Ibovespa tem um peso importante de commodities, mesmo comparado aos outros mercados emergentes. A Bolsa brasileira é a que tem maior peso de commodities no índice, mais do que a Rússia até. O nosso cenário otimista para o Ibovespa é de 97.100 pontos no fim deste ano.

O pessimista é em torno de 65.300 pontos. Fazemos uma revisão dos nossos "targets" (alvos ou metas) duas vezes ao ano, em novembro e em junho, e acredito que teremos uma revisão para cima, exatamente pelo desempenho dos preços de commodities, os quais não estavam no nosso tabuleiro quando traçamos as expectativas para este ano.

Tudo indica que 2018 será um ano positivo em termos de desempenho da Bolsa. E para 2019? Sem aprovar a reforma da Previdência, é possível a Bolsa manter o fôlego de alta?

2019 será o ano da verdade para o Brasil. Precisamos ter alguém que venha e confirme que o País vai cuidar das suas contas fiscais. O que está em jogo nesta eleição é o Brasil poder manter esse ciclo de juros estruturalmente baixos. É normal se houver um aperto monetário de, digamos, 1 ou 2 pontos porcentuais, o que é normal no ciclo de negócios.

O importante é não voltarmos a ter juros elevados como havia antes. Para isso acontecer, tem que mexer no fiscal. O Brasil não vai tolerar passar 2019 sem ter mudanças importantes na área fiscal.

Por isso, a reforma da Previdência é essencial. Apesar de termos falado sobre ela em 2017 inteiro, puxamos esse tema para frente, entendendo que não houve acordo político para sua votação num ano eleitoral, mas isso vai ser cobrado no dia seguinte à votação do segundo turno das eleições.

GLP empresarial tem reajuste de 4,7% em média a partir de amanhã

27/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

A Petrobras reajustou o preço do GLP empresarial para embalagens acima de 13 quilos, em 4,7% em média nas unidades da petroleira. O aumento vale a partir de amanhã (27). Segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás), a nova correção de preços foi comunicada às suas empresas associadas, na tarde de hoje (26), pela companhia.

O Sindicás informou ainda que, de acordo com as informações que as distribuidoras receberam da Petrobras, o aumento de preço será entre 4,6% e 4,9%, dependendo do polo de suprimento.

A entidade acrescentou que, com o reajuste, o ágio praticado pela Petrobras subiu para 50,3% em relação ao preço praticado no mercado internacional. Para o Sindicás, "esse ágio vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos, impactando de forma crucial empresas que operam com uso intensivo de GLP".

De acordo com o Sindicás, para o segmento empresarial de GLP a prática de preços da Petrobras é incompreensível, por não acompanhar as flutuações do mercado internacional, que apresentou queda de 7,9% em janeiro e 8,2% em fevereiro, e em março já acumula queda de 6,6%.

"Já o preço da Petrobras para o segmento empresarial registrou queda menor do que a do mercado internacional em janeiro e fevereiro, de 6,3% e 4,6%, respectivamente", concluiu a nota da entidade.

BRF dá férias coletivas para cerca de 3 mil funcionários de unidade de abate em Capinzal

27/03/2018 – Fonte: DCI

A BRF dará férias coletivas de um mês para cerca de 3 mil funcionários na unidade de abate de aves em Capinzal, em Santa Catarina, para ajustar a produção em meio a restrições de exportação para a Europa.

As férias terão início em 7 de maio e terão duração de 30 dias, disse a empresa em comunicado à imprensa.

"A ação ocorrerá somente no processo de abatedouro de aves. Todas as demais atividades do complexo fabril funcionarão normalmente", disse a BRF.

Eletrobras lança plano de demissão consensual com meta de desligar 3 mil

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Eletrobras informou nesta segunda-feira, 26, que lançou um Plano de Demissão Consensual (PDC), levando em conta as normas da nova legislação trabalhista, que determina que seja feito um acordo entre patrões e empregados.

No caso da Eletrobras, o acordo determinou o pagamento de 20% do FGTS, como manda a nova lei, e mais 20% de incentivo, somando os 40% que eram direito do trabalhador antes da mudança na lei.

O Plano irá garantir também cinco anos de assistência médica, segundo uma fonte da estatal próxima ao assunto.

A meta da Eletrobras é o desligamento de três mil colaboradores em todas as empresas, o que vai representar uma economia de cerca de R\$ 890 milhões ao ano, informou a estatal em nota.

O plano será implantado simultaneamente nas empresas Eletrobras Cepel, CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas GT, Eletrosul e Furnas, além da própria holding, e teve aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

A adesão dos empregados se dará até o dia 27 de abril e os desligamentos ocorrem em oito turmas, de 30 de maio até 14 de dezembro de 2018. São elegíveis os empregados que tenham, no mínimo, 10 anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento, considerando o limite de 14/12/2018; ou anistiados e reintegrados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial de Anistia – Lei nº 8.878/1994 (neste caso não há exigência de tempo mínimo de empresa).

Segundo a Eletrobras, o lançamento do PDC já estava previsto nas iniciativas de eficiência operacional e disciplina financeira que vem sendo implementadas na companhia desde 2016.

"A possibilidade de desligamento se dá pela crescente automação adotada nas empresas Eletrobras, na utilização de um sistema de gestão empresarial (ERP) unificado nas companhias e também da criação de um Centro de Serviços Compartilhados. Além disso, a redução de quadro de pessoal busca um alinhamento dos custos da Eletrobras às tarifas, evitando prejuízos operacionais no futuro", informou a estatal que se encontra em processo de privatização.

BC: houve alta do juro em fevereiro, mas tendência de longo prazo é de redução

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O chefe do departamento de estatística do Banco Central, Fernando Rocha, admitiu nesta segunda-feira, 26, que houve aumento dos juros em fevereiro, mas avaliou que a tendência de longo prazo seria de redução para essas taxas.

“Em fevereiro, houve aumento dos juros em algumas linhas, mas parte do aumento das taxas médias também se deve ao chamado efeito composição”, afirmou. “Houve redução de volume no uso do cartão de crédito à vista, e aumento do cheque especial e do rotativo em fevereiro”, acrescentou.

Como a taxa de captação dos bancos se manteve praticamente estável no mês passado, os spreads bancários cresceram em fevereiro. “Mas no longo prazo a tendência também é de queda”, alegou Rocha. Ele também citou que a inadimplência segue estável em praticamente todas as modalidades.

Estoque

Rocha disse que a redução de 0,2% no estoque total de crédito em fevereiro está em linha com o comportamento sazonal do mês.

“Em fevereiro de 2017 isso também ocorreu. O comportamento do crédito livre também foi melhor que o do crédito direcionado, assim como o crédito das famílias está melhor que o crédito para as empresas”, completou.

Segundo ele, os resultados de fevereiro mantiveram as tendências que já existiam no mercado de crédito nos últimos meses. “Essas tendências devem se manter, ou seja, o estoque de crédito deve voltar a crescer puxado por um maior dinamismo no crédito livre, principalmente nas concessões para pessoas físicas”, projetou.

Rocha apontou que o saldo de cartão de crédito à vista diminuiu em fevereiro, enquanto os saldos de cheque especial e cartão de crédito rotativo aumentaram no mês passado.

“Isso se contrabalançou, e os saldos com recursos livres para pessoas físicas ficaram praticamente estáveis no mês. Com recursos direcionados, houve expansão do crédito imobiliário”, detalhou.

Já no crédito livre para as empresas, Rocha elencou operações significativas para o comércio exterior, mas sem grande impacto no saldo total para pessoas jurídicas. “No crédito direcionado, houve redução devido à queda nas operações do BNDES”, acrescentou.

BC trava tarifa de banco no cartão de débito

27/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



O BC (Banco Central) está tentando aumentar a competição no mercado de cartões de débito, interferindo diretamente nos custos dos lojistas e limitando os ganhos dos bancos no uso do cartão.

As mudanças encobrem uma disputa por um mercado que movimenta R\$ 481 bilhões ao ano em compras só no cartão de débito, ou 11,6% do consumo das famílias.

Nesta segunda-feira (26), o BC informou que vai limitar a tarifa de operação do cartão de débito a partir de 1º de outubro, em linha com o que ocorre nos EUA e em países da Europa. O objetivo é reduzir o custo para os consumidores e estimular o uso dessa modalidade de pagamento.

O lojista paga em torno de 1,5% sobre o valor da compra toda vez em que o consumidor usa o cartão de débito como meio de pagamento. Essa tarifa é conhecida como taxa de desconto.

Mas essa tarifa não vai para um único destinatário. Ela é dividida entre as donas das maquininhas e os emissores de cartão (os bancos). Ano após ano, no entanto, os bancos têm levado uma fatia maior desse bolo.

“Esperamos que essa redução seja inteiramente repassada”, afirmou o diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie.

PARTICIPAÇÃO

Em 2010, bancos ficavam com 47,6% dessa taxa. Hoje, abocanham 53%, indica levantamento feito por Vitor Meira, consultor da empresa especializada em varejo financeiro, Boarnerges& Cia.

Isso significa que, em média, 0,8% de cada compra feita fica com os bancos —taxa chamada de intercâmbio.

É esse pedaço que o BC decidiu controlar com o objetivo de aumentar a competição no setor e popularizar o uso do débito. Segundo o BC, a tarifa média cobrada pelos bancos terá que cair para 0,5% do valor da transação. E a tarifa máxima não poderá passar de 0,8%.

Segundo Meira, as compras com cartão de débito geraram custos totais ao redor de R\$ 7 bilhões aos lojistas ao longo do ano passado.

Desse total, a maior parte —R\$ 3,7 bilhões— ficou com os bancos. Com as mudanças sinalizadas pelo BC, esse valor cairia para R\$ 2,3 bilhões, gerando uma economia significativa aos lojistas.

Embora a expectativa do Banco Central seja essa, se isso será repassado ao consumidor é outra história.

Meira lembra que, para o consumidor, usar o crédito ainda tem mais benefícios quando comparado ao débito, como o maior prazo de pagamento da fatura, possibilidade de parcelamento das compras e pontos em programas de fidelidade.

É por isso, diz ele, que a ação do BC é importante.

Ele diz ainda que o BC optou por agir sobre a parte da tarifa cobrada dos lojistas que vai para os bancos porque é aí que ainda falta competição.

A parte que vai para as credenciadoras —as maquininhas— teve uma queda recente, explicada pelo fim de exclusividades entre credenciadoras e bandeiras e pela entrada de novos competidores.

No caso dos bancos, como são eles que dominam a emissão de cartões, podem pressionar por maiores taxas.

No total, a indústria de cartões movimentou R\$ 1,2 trilhão em compras em 2017 — R\$ 735 bilhões no crédito e outros R\$ 481 bilhões em compras feitas no débito.

Além das mudanças no cartão de débito, a indústria discute outras alterações. O BC anunciou nesta segunda que também vai analisar se é possível fazer redução adicional na tarifa que vai para os bancos (o intercâmbio) no débito, além de avaliar a conveniência de estabelecer limites na tarifa de intercâmbio do cartão de crédito.

PARCELADO SEM JUROS

Mas alterações não devem parar por aí. No começo de 2018, grandes empresas donas das maquininhas de cartões retomaram a discussão sobre o que fazer com outro meio de pagamento bastante usado pelo consumidor, o parcelado sem juros.

A ideia discutida na associação do setor seria oferecer nova opção ao consumidor: parcelado com juros e prazo maior para pagamento.

Dada a polêmica, as discussões esfriaram e devem ficar para o próximo ano.

O setor gera receitas bilionárias, e a expectativa de especialistas é que há muito espaço para crescer, dada o baixo uso do cartão.

Os grandes bancos são donos das maiores credenciadoras de cartões. Mas nessa disputa há ainda as credenciadoras menores que têm avançado na oferta de maquininhas, como a PagSeguro, do UOL (empresa do Grupo Folha), e a Stone.

Procurada, a Abecs (associação das credenciadoras de cartão) não se pronunciou.

Juro médio total do rotativo do cartão de crédito sobe

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O juro médio total cobrado no rotativo do cartão de crédito subiu 5,9 pontos percentuais de janeiro para fevereiro, informou nesta segunda-feira, 26, o Banco Central (BC). Com isso, a taxa passou de 328,0% em janeiro para 333,9% ao ano em fevereiro. Este avanço da taxa do rotativo ocorreu sob as novas regras de migração da modalidade, que começaram em abril do ano passado.

O juro do rotativo é a taxa mais elevada desse segmento e também a mais alta entre todas as avaliadas pelo BC. Dentro desta rubrica, a taxa da modalidade rotativo regular passou de 241,1% para 243,3% ao ano de janeiro para fevereiro. Neste caso, são consideradas as operações com cartão rotativo em que houve o pagamento mínimo da fatura.

Já a taxa de juros da modalidade rotativo não regular passou de 387,4% para 397,5% ao ano. O rotativo não regular inclui as operações nas quais o pagamento mínimo da fatura não foi realizado.

No caso do parcelado, ainda dentro de cartão de crédito, o juro passou de 167,8% para 174,3% ao ano.

Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 68,6% para 74,7% de janeiro para fevereiro.

Habitação

O estoque das operações de crédito direcionado para habitação no segmento pessoa física cresceu 0,3% em fevereiro ante janeiro, totalizando R\$ 567,487 bilhões. Em 12 meses até fevereiro, o crédito para habitação no segmento pessoa física subiu 5,1%.

Já o estoque de operações de crédito livre para compra de veículos por pessoa física teve ligeira queda de 0,1% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 151,425 bilhões. Em 12 meses, houve expansão de 5,4% nessa carteira.

Endividamento das famílias

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro ficou em 41,1% em janeiro, ante 41,0 em dezembro. Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento passou de 22,8% para 22,9% no período.

O cálculo do BC leva em conta o total das dívidas dividido pela renda no período de 12 meses. Além disso, incorpora os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad) contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE.

Segundo o BC, o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou 20,0% de dezembro para 19,9% em janeiro. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda ficou estável em 17,5% no período.

Empresas

O saldo de crédito para as empresas do setor de serviços cresceu 0,2% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 699,582 bilhões. A indústria apresentou contração de 1% no total de financiamentos, para R\$ 654,321 bilhões, e a agropecuária registrou avanço de 0,2%, para R\$ 22,059 bilhões.

No caso do crédito para pessoa jurídica com sede no exterior e créditos não classificados (outros), houve elevação do saldo de 0,6% em fevereiro ante janeiro, para R\$ 27,571 bilhões.

Balança tem superávit de US\$ 1,505 bilhão na 4ª semana de março

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,505 bilhão na quarta semana de março (de 19 a 25). O valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,580 bilhões e importações de US\$ 3,075 bilhões.

Com isso, o mês de março acumula superávit de US\$ 5,151 bilhões, abaixo 27,8% do registrado em todo o mês de março de 2017, quando o resultado foi positivo em US\$ 7,136 bilhões.

No ano, o superávit comercial acumulado é de US\$ 12,823 bilhões, alta de 0,8% em relação ao mesmo período de 2017.

Em março, houve elevação de 9,8% na média diária das exportações na comparação com o mesmo mês do ano passado, com aumento nas vendas nas três categorias de produtos: semimanufaturados (+15,8%), básicos (+10%) e manufaturados (+7,2%).

Já as importações registraram alta superior, de 16,5% na mesma comparação, com crescimento nos gastos, principalmente, com combustíveis e lubrificantes (+34,4%), veículos automóveis e partes (+34,2%), químicos orgânicos e inorgânicos (+30,0%), equipamentos eletroeletrônicos (+14,9%) e equipamentos mecânicos (+13,6%).

Meirelles: 'Vamos deixar de ter crescimento de pato para ter de água'

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em palestra para lideranças empresariais do Rio Grande do Sul, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, avaliou que o crescimento da economia brasileira é vigoroso, mas não transpõe ainda devido à profunda recessão que o País viveu nos últimos anos.

Na palestra, Meirelles – que vai deixar o Ministério da Fazenda para buscar se viabilizar numa candidatura nas próximas eleições – voltou a ressaltar os avanços da economia durante a sua gestão no comando da política econômica. Essa tem sido uma estratégia nas suas viagens pelo Brasil para se firmar como um candidato viável. Segundo ele, o Brasil vai ter que “aprender de novo” as políticas do passado que deram errado voltarem.

“É pouco provável”, disse Meirelles. Com a continuidade das políticas, o ministro previu que o crescimento dos próximos anos será superior aos 3% previstos para 2018. “Vamos deixar de ter um crescimento de ‘voo de pato’ para ser de águia”, afirmou.

Meirelles disse que o aumento dos investimentos e do consumo das famílias é forte, previu 2,5 milhões de novos empregos em 2018, ressaltou a queda histórica da inflação e aproveitou que está no Rio Grande do Sul para destacar que o crescimento no Estado tem sido maior do que a média histórica.

“Isso tem acontecido após uma intensa agenda de reformas”, disse ele. Ele citou as 15 medidas econômicas consideradas prioritárias pelo governo federal para serem aprovadas e enfatizou que a privatização da Eletrobras é fundamental. “Estamos criando um crescimento de longa duração”, disse.

Segundo Meirelles, o aumento dos investimentos e do consumo, no passado, foi de pouca duração por causa da injeção de crédito dos bancos públicos, o que não ocorre agora.

Num aceno ao governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (MDB), presente na palestra, o ministro disse que o governo está trabalhando para o Estado ser aceito no programa de recuperação fiscal do Tesouro Nacional. Até agora, apenas o Rio de Janeiro conseguiu entrar no programa, que suspende o pagamento da dívida com a União e viabiliza empréstimos ao governo estadual.

Em tom de campanha, a presidente da Federasul (entidade que congrega várias representações empresariais do Rio Grande do Sul), Simone Leite, chegou a dizer que os protestos contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula em Bagé mostram “reação” da sociedade. “É uma grata satisfação, nesta semana histórica onde a classe produtiva reage, num exemplo que iniciou em Bagé e começa a se alastrar por todo o País”, disse a dirigente.

Ela elogiou Sartori e disse que o Estado sofreu muito os efeitos da má gestão política e do “populismo irresponsável num passado recente”.

Meirelles, na palestra, preferiu falar tratar apenas de temas econômicos e evitou temas políticos diretamente, apesar de ter criticado as políticas econômicas do governo do PT.

Comportamento da Selic contribui para redução do custo da dívida, diz Tesouro

27/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O comportamento da taxa básica de juros, a Selic, que está no piso histórico de 6,5% ao ano, tem contribuído fortemente para a redução do custo médio da dívida pública brasileira, disse nesta segunda-feira, 26, o coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz Fernando Alves. Um ambiente mais adverso no curto e médio prazo pode, no entanto, reverter a trajetória benigna do custo arcado pelo Tesouro Nacional para se financiar no mercado, admitiu o técnico.

Hoje o custo médio em baixa ajuda inclusive a melhorar a trajetória da dívida, que seguiu em rota de intenso aumento nos últimos anos. As projeções dos técnicos do

Tesouro apontam para estabilidade da dívida pública em relação ao PIB num prazo de dois a três anos. "É claro que, se a trajetória fiscal não tiver melhora, e temos falado muito na necessidade de aprovação de reformas, temos cenários mais adversos em que isso (estabilidade) não se confirma", disse Alves.

A não aprovação da reforma da Previdência seria uma das variáveis adversas no médio prazo, ressaltou o coordenador-geral de Planejamento, embora o adiamento da votação em 2018 já tenha sido precificado pelos investidores. Também poderiam afetar a convergência da dívida para a estabilidade outros "choques e perturbações" que atrasem o processo de ajuste fiscal.

Hoje, porém, predomina sobre a avaliação dos investidores o cenário de juro baixo e inflação controlada. Com isso, o custo médio das emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) caiu a 9,1% em fevereiro, o menor valor desde setembro de 2013, quando ficou em 8,98%. O custo total do estoque da DPMFi é hoje o menor desde o início da série histórica do Tesouro, que começa em dezembro de 2005.

"Tivemos redução expressiva na Selic desde o ano passado, o que reflete na própria LFT, que tem seu custo diretamente definido pela Selic e tem participação importante no estoque da dívida. Mas a taxa Selic está caindo principalmente como resultado de inflação mais baixa, e isso significa menor taxa nos títulos prefixados e nas NTN-Bs (atreladas à inflação)", explicou Alves. "Este ambiente mais favorável a menores taxas de juros e mercado por menor inflação contribui para redução do custo da dívida."

O coordenador-geral de Planejamento admitiu que as eleições representam hoje uma "variável que as pessoas ainda não conhecem o resultado", o que traz certa incerteza sobre a consolidação das condições favoráveis nos próximos anos. Por isso, segundo ele, é difícil antever a tendência do custo da dívida pública para os próximos anos. "Se isso não é confirmado, investidor voltará a colocar isso (prêmio de risco maior) no preço", afirmou.

O coordenador-geral de Controle da Dívida Pública, André Proite, salientou que o planejamento estratégico da dívida, divulgado no Plano Anual de Financiamento (PAF), já contempla cenários de maior volatilidade em meio aos riscos eleitorais.

Estrangeiros

A coordenadora de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Márcia Tapajós, ressaltou o crescimento na participação dos estrangeiros na dívida pública federal nos últimos 12 meses e no primeiro bimestre deste ano mesmo em meio às incertezas dos cenários interno e externo.

O estoque da dívida pública interna nas mãos dos não-residentes subiu R\$ 16 bilhões no último ano e R\$ 12 bilhões entre janeiro e fevereiro.

Ainda assim, a participação dos estrangeiros na dívida brasileira em fevereiro, de 12,4%, é bem abaixo, por exemplo, do que a registrada em 2015, quando chegou a 18,8%. "Os não-residentes não estão se desfazendo de posições, mas é natural que estejam mais cautelosos, entrando de forma mais modesta", afirmou.

Ela listou entre as razões para o aumento da cautela dos investidores estrangeiros as eleições brasileiras deste ano e as incertezas na economia norte-americana, com o aumento de juros naquele país. "O investidor gosta de trabalhar com cenário de menos incerteza, com clareza, isso tranquiliza investidor".

Questionada se no ambiente pós-eleições a fatia dos não-residentes voltará a crescer, Márcia disse estamos em um ambiente em que não há clareza e que qualquer definição auxilia o investidor

Custo

Em fevereiro, o custo médio do estoque da Dívida Pública Federal, alcançou o menor patamar desde abril de 2010, 10,01% ao ano. Em janeiro, esse percentual era de 10,06%. ao ano.

Fatia do grupo Previdência

A participação do grupo Previdência na Dívida Pública Federal caiu R\$ 30 bilhões no primeiro bimestre já em função da expectativa de mudanças regulatórias que foram efetivamente colocadas em práticas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim de fevereiro, afirmou Márcia Tapajós.

No fim de fevereiro, o CMN decidiu extinguir em até dois anos prazo médio de repactuação mínimo (PRC) exigido dos fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs) de seguradoras ou entidade abertas de previdência.

A exigência do PRC não considerava os derivativos, o que possibilitava que títulos "pré casados (um título prefixado conjugado com derivativo) fossem computados apenas pelo prazo do papel. Isso levou a uma distorção no final da curva pela maior demanda por vencimentos de longo prazo – já que esses papéis conseguiam atender simultaneamente à exigência do PRC com baixa volatilidade.

Em fevereiro, a participação do grupo Previdência na DPF passou de 24,98% para 24,43%. O montante em estoque desses fundos atingiu R\$ 844,44 bilhões.

Confiança do comércio no Brasil vai em março a nível mais alto em 3 anos com retomada de vendas, mostra FGV

27/03/2018 – Fonte: Reuters

A confiança do comércio no Brasil avançou em março para o nível mais alto em quase três anos com retomada das vendas, mas ainda mostra cautela entre os empresários, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

Em março, o Índice de Confiança do Comércio (Icom) do Brasil chegou a 96,8 pontos depois de avançar 1,3 ponto, na sétima alta seguida do indicador. Esse é o patamar mais alto desde abril de 2014, quando o índice chegou a 97,8 pontos.

"O primeiro trimestre de 2018 fecha com forte avanço dos indicadores da situação atual em relação ao trimestre anterior, reforçando o quadro de recuperação das vendas que vinha se desenhando desde o ano passado", disse em nota o coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE, Rodolpho Tobler.

Ele ressaltou entretanto que no mesmo período houve calibragem das expectativas, "sugerindo cautela por parte dos empresários a despeito das melhoras já ocorridas".

Segundo a FGV, o principal impulso para a confiança do comércio em março foi dado pela alta de 1,8 ponto do Índice de Expectativas (IE-COM), para 100,2 pontos, voltando à zona de otimismo após dois meses em queda

Ao mesmo tempo o Índice da Situação Atual (ISA-COM) subiu 0,7 ponto e foi a 93,5 pontos, melhor nível desde junho de 2014.

Também nesta terça-feira a FGV informou que a confiança da indústria subiu para o maior patamar em cerca de quatro anos e meio. Ainda em março, a confiança do consumidor melhorou diante do aumento na intenção de compra nos próximos meses, em um ambiente no país de inflação e juros baixos que favorecem o comércio.

Votorantim ampliará substancialmente capacidade de redução de dívida após acerto sobre Fibria, diz Moody's

27/03/2018 – Fonte: Reuters

O grupo Votorantim ampliará significativamente sua capacidade de redução de dívida quando concluir o acordo para a fusão da Suzano Papel e Celulose com a Fibria Celulose, afirmou a agência de classificação de risco Moody's, nesta segunda-feira.

A agência estimou em comunicado à imprensa que a Votorantim SA tinha cerca de 10 bilhões de reais em caixa no final de 2017 e cerca de 24 bilhões de reais em dívida consolidada no mesmo período.

A Moody's estimou que a aprovação do negócio, anunciado em 16 de março e que cria a maior produtora de celulose do mundo, por autoridades de defesa da concorrência no Brasil e no exterior deve levar um ano.

"A venda (da participação da Votorantim na Fibria para a Suzano) deve gerar cerca de 8,5 bilhões de reais que a companhia poderá pelo menos em parte usar para reduzir dívida", afirmou a Moody's no comunicado.

Segundo a agência, a Votorantim tem um perfil de vencimentos de dívida "muito confortável", mas a relação de endividamento subiu nos últimos anos diante da desaceleração da demanda por cimento, um dos principais negócios do grupo.

Volvo CE define novo presidente na América Latina

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Construction Equipment – Volvo CE – define Luiz Marcelo Daniel como seu novo presidente para a região **da** América Latina, que assume em 1º de abril no lugar de Afrânio Chueire, no Grupo Volvo há 18 anos e no cargo desde novembro de 2012 e que anunciou sua aposentadoria no início deste mês, durante a apresentação do balanço da empresa. Luiz Marcelo se reportará ao presidente da Volvo CE Américas, Stephen Roy, cuja base é nos Estados Unidos.

Em nota, Roy confirma que Daniel e Chueire trabalharão juntos até 31 de março a fim de garantir uma transição adequada.

"A nomeação de Luiz Marcelo confirma nosso compromisso em dar continuidade ao atendimento com excelência das demandas de nossos clientes na América Latina. Trabalhamos para que nossos equipamentos tenham o maior tempo de disponibilidade e o melhor desempenho em todas as etapas do ciclo de trabalho", disse em nota Stephen Roy.

Luiz Marcelo começou no Grupo Volvo em 1986, como engenheiro de planejamento de produtos da Volvo Trucks no Brasil. Posteriormente, assumiu diferentes cargos de liderança e administração na Volvo Cars, quando ela ainda pertencia ao Grupo. Depois de uma experiência fora da Volvo, ele retornou ao grupo sueco em 2007, quando supervisionou as contas dos mercados latino-americanos na Volvo CE.

"Com esta experiência e atuação em marketing e vendas, Luiz Marcelo traz um

entendimento excepcional dos desafios e oportunidades que nos aguardam na América Latina”, resume Afrânio Chueire sobre seu sucessor.

Marchionne: Brasil deve exportar mais e apostar no etanol

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Ketter e Marchionne no Polo Automotivo Jeep de Goiana (PE): defesa do aumento das exportações e biocombustível como solução pronta para o País CEO da FCA afirma que País tem grande chance de aumentar sua relevância global

O CEO da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Sergio Marchionne, defende que o Brasil deve se transformar em polo exportador de veículos, ao mesmo tempo em que tem a vantagem do etanol como solução pronta para reduzir as emissões de CO2 que o resto do mundo ainda tem dificuldades para fazer.

“Temos duas grandes plantas aqui (Betim-MG e Goiana-PE) e pela primeira vez temos grande capacidade de exportar”, afirmou o executivo em visita à fábrica pernambucana, o Polo Automotivo Jeep, onde participou de evento para anunciar a abertura do terceiro turno de trabalho no Polo Automotivo Jeep, em Goiana (PE).

O executivo alertou, no entanto, que “navegar para esse objetivo não é fácil, não se faz do dia para noite, é preciso criar condições, reduzir custos de produção e importação”, avaliou.

“A América Latina, especialmente o Mercosul, tem oportunidade de ganhar mais importância no cenário internacional. Queremos entregar essa mensagem ao governo, ao presidente Temer”, disse, minutos antes de se encontrar com o mandatário, também presente na cerimônia oficial na fábrica de Goiana).

“Esperamos agora por uma reação do mercado (brasileiro), mas seria mais interessante caminhar para o crescimento sustentável, o que requer a criação de uma plataforma de exportações e de regulamentação para prever investimentos.

Nossos projetos começam com três a quatro anos de antecedência, se não sabemos o que vai acontecer fica difícil planejar o futuro”, acrescentou Stefan Ketter, até aquele momento presidente da FCA América Latina – depois de coordenar a construção do Polo Automotivo Jeep em Goiana e promover a transformação industrial da fábrica de Betim e de Córdoba, na Argentina, Ketter volta agora a se dedicar exclusivamente à vice-presidência global de manufatura do grupo, que acumulava com a gestão da operação latino-americana, e passa o comando da divisão para Antonio Filosa (leia mais **aqui**).

“A base de fornecedores também é fundamental para exportar. Se não tiver componentes produzidos localmente é difícil ser competitivo. É preciso recuperar essa cadeia no País”, defende Ketter.

ETANOL

Quando surgiu a inevitável questão dos carros elétricos, Marchionne foi enfático em defender a solução brasileira para reduzir emissões veiculares de CO2: "É possível criar um modelo de negócio para veículos elétricos, mas há outros caminhos e nesse sentido o Brasil tem posição invejável com o etanol. O País precisa explorar essa solução que já tem dominada antes de se preocupar em importar baterias, até porque nenhum elétrico bate o etanol em emissão de CO2", afirmou.

Ketter completou: "O etanol é parte importante do Rota 2030", disse, em alusão ao programa de desenvolvimento do setor automotivo que vem sendo discutido com o governo há quase um ano, mas até agora não foi adotado por divergências entre os ministérios da Indústria (a favor) e da Fazenda (contra) sobre concessão de incentivos à indústria.

BRASIL

Apesar dos constantes altos e baixos da economia brasileira, Marchionne mostrou-se otimista com a evolução do País: "A prova do meu otimismo são os investimentos aqui que somam R\$ 22 bilhões nos últimos seis anos", destacou. "O Brasil continua sendo um mercado de destaque em nossos planos de desenvolvimento internacional", acrescentou.

"Estamos finalmente saindo daquela que foi a mais longa recessão da história brasileira. Três anos que pareciam ser infinitos. A Inflação foi novamente posta sob controle, o mercado volta gradualmente a crescer, os sinais positivos começam a ser muitos e consistentes", avaliou.

Marchionne credita a contínua perda de participação de mercado da Fiat à mudança da demanda, que ocorre não só no Brasil, em direção aos SUVs.

"Em fevereiro passado os SUVs e picapes representaram 70% das vendas nos Estados Unidos. É um dado que revela a velocidade dessa tendência, muito rápida. Diante desse quadro a Jeep estava no lugar certo, inclusive aqui no Brasil onde cresceu de forma acelerada (lidera o segmento de SUVs com Compass e Renegade), a Fiat sofreu mais com essa mudança", avaliou.

Financiamento de veículos cresce 24% em um ano, aponta Banco Central

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Liberação de crédito chega a R\$ 15,5 bilhões no 1º bimestre; há um ano, setor contratou R\$ 12,4 bi

O volume de crédito para o **financiamento de veículos** cresceu 24,2% em um ano, considerando o resultado acumulado do primeiro bimestre, que beirou os R\$ 15,5 bilhões, contra os R\$ 12,4 bilhões registrados em mesmo período de 2017, segundo dados do sistema financeiro divulgados pelo Banco Central na segunda-feira, 26.

O resultado de fevereiro, que somou R\$ 6,9 bilhões, também foi maior na comparação anual (sobre igual mês do ano passado), com alta de 19,6%, mas ficou 19,1% abaixo

do desempenho verificado em janeiro deste ano, quando o setor contratou R\$ 8,5 bilhões no total. Seguindo a lógica do mercado, em fevereiro os negócios foram inferiores devido ao menor número de dias, quatro a menos do que janeiro.

O saldo das carteiras encerrou o período em R\$ 151,4 bilhões, leve recuo de 0,1% sobre o resultado verificado em janeiro. Isso denota uma melhora na saúde das carteiras, com pequena alta de 1%, ao comparar com o resultado de 2017, quando as instituições financeiras somavam R\$ 149,8 bilhões para o setor de veículos. Contra o saldo de fevereiro de 2017, há um aumento de 5,3%, uma vez que há um ano o saldo era de R\$ 143,7 bilhões.

A inadimplência atingiu um dos menores níveis para o setor de veículos ao encerrar fevereiro em 3,7%, uma queda importante de 0,9 ponto percentual sobre o nível verificado há ano. Historicamente, os atrasos dos pagamentos nos financiamentos de veículos (acima de 90 dias) possuem o menor patamar se comparado com outros setores. Segundo o BC, a inadimplência está em 9,1% para a soma de outros bens, considerando o dado de fevereiro. Para o cartão de crédito, por exemplo, 6,1% dos contratantes estão com atraso acima de 90 dias.

A taxa média de juros praticada para os novos contratos de financiamento de veículos voltou a cair após registrar alta desde novembro de 2017. Se em janeiro, a média ficou em 22,7%, no mês passado fechou em 22,5%. No comparativo anual, sobre fevereiro de 2017, quando a média era de 25,7%, há uma queda de 3,2 pontos percentuais. Já o prazo médio ficou estável em 42,6 meses, o mesmo verificado em janeiro.

FCA não está à venda, afirma o CEO Marchionne

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Marchionne no Polo Automotivo Jeep de Goiana (PE): “Estamos indo muito bem sozinhos”

Executivo garante que companhia vai bem sozinha e não precisa se associar

Durante visita ao Brasil, o CEO da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Sergio Marchionne, procurou dissipar os rumores que vêm rondando a companhia sobre possíveis alianças, fusão ou até mesmo aquisição por outra fabricante de veículos, incluindo General Motors, Volkswagen e, mais recentemente, a chinesa Geely.

O executivo conversou com jornalistas brasileiros pouco antes de participar da cerimônia em que anunciou a abertura do terceiro turno de trabalho no Polo Automotivo Jeep, em Goiana (PE).

“Nunca houve conversas de fusão com a Volkswagen. O que eu defendi na época (cerca de dois anos) é uma forma mais inteligente de investir capital. Essa indústria gasta algo como € 100 bilhões por ano com diversas empresas colocando recursos nas mesmas coisas”, disse, ao explicar que defende parcerias para desenvolver tecnologias em comum e economizar recursos. Sobre a GM, desqualificou qualquer rumor de associação: “Eles não estão interessados em nós e nós não estamos interessados neles”, garantiu.

Marchionne não esclareceu se realmente existiram as negociações para venda do conglomerado ítalo-americano à chinesa Geely, que segundo noticiou a imprensa

ofereceu no ano passado € 22 bilhões para assumir o controle da companhia. O executivo preferiu destacar o bom desempenho da FCA, para reforçar a falta de interesse em vender a empresa: "Fizemos uma completa reorganização nos últimos 10 anos, estamos agora na perna final do plano de cinco anos que termina em 2018.

Apresentamos bons resultados, voltamos a figurar entre as três grandes dos Estados Unidos e estamos crescendo em outros mercados importantes também. Em junho vamos apresentar a continuação do planejamento para os próximos cinco anos. Podemos continuar sozinhos, estamos indo bem", ressaltou.

TROCA DE COMANDO ESTE ANO

Desde 2004 no comando do Grupo Fiat e a partir de 2008 também à frente do Grupo Chrysler, ambas transformadas em FCA em 2014, Marchionne confirmou que a companhia prepara sua sucessão. Seu substituto deverá ser anunciado junto com o novo plano quinquenal, em junho próximo, no mesmo mês em que completará 66 anos.

"Quero completar o ciclo até o fim deste ano, terminar o plano estratégico. Depois disso devo continuar como diretor da Ferrari, onde tenho mandato até o fim de 2019. Sou um homem muito ocupado", disse, afastando a possibilidade de aposentadoria para já. Afirmou também que seu sucessor deverá ser escolhido internamente, entre os membros do GEC (Group Executive Council).

Marchionne disse que "a empresa tem muitos bons nomes" para sucedê-lo, o que inclui Stefan Ketter, membro do GEC que este mês deixa o comando da operação na América Latina (leia [aqui](#)) para voltar a se dedicar exclusivamente à vice-presidência global de manufatura do grupo. "Eu e Stefan estamos juntos há mais de 15 anos, somos quase casados", brincou. "A escolha deverá ser interna, temos quadros competentes, como o próprio Stefan e Antonio (Filosa) que irá sucedê-lo aqui no Brasil", completou.

Venda de motos sinaliza recuperação em março

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business

Mês deve fechar com 80 mil unidades; alta no trimestre pode passar de 4%

O mercado de **motos** deu novo sinal de **recuperação**. A média diária de emplacamentos, que em janeiro e fevereiro foi de 3,5 mil unidades e portanto melhor que as médias anotadas no segundo semestre do ano passado, superou 3,8 mil motos na primeira quinzena de março.

Se esse número se mantiver, o mês fechará com cerca de 80 mil motocicletas emplacadas, o melhor resultado desde março de 2017, que teve 82,9 mil motocicletas zero-quilômetro licenciadas. E o primeiro trimestre será 4,3% melhor que o mesmo período do ano passado.

"Parece haver uma retomada consistente. No ano passado já houve um número elevado de trocas de titularidade. E se tem muito consumidor comprando e vendendo usadas é porque há potencial de mercado", afirma Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes do setor.

Fermanian atribui o aumento de vendas à soma de dois fatores, venda represada e descolamento da política. Como consequência, algumas motos têm seus estoques repostos e vendidos rapidamente. Parte dos modelos com alto giro estaria com estoques abaixo de 15 dias.

A Abraciclo admite terminar o ano acima de sua projeção inicial de 865 mil unidades emplacadas. Segundo Fermanian, os fabricantes instalados em Manaus vêm

conversando a respeito, mas um número concreto só será divulgado em quatro a cinco meses.

GM retoma produção em três fábricas do Brasil

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Unidades pararam por 5 semanas para adoção de manufatura 4.0

A **produção** de automóveis da **GM** retornou na segunda-feira, 26, ao ritmo normal após cinco semanas. A paralisação serviu para a expansão da capacidade e modernização de linhas de montagem. As obras, concentradas nas unidades de Gravataí (RS), São Caetano do Sul (SP) e Joinville (SC), representam também a primeira fase do processo de adequação para receber, no futuro, uma nova família de veículos.

“A estrutura fabril passa a incorporar os conceitos de manufatura 4.0 numa ação arquitetada em conjunto com parceiros e fornecedores”, afirma o vice-presidente de manufatura para a América do Sul, Luiz Peres. Solda a laser, novas prensas, novo sistema de montagem de motor e transmissão, injetoras plásticas, novo processo de funilaria e novo transportador de veículo na linha de montagem estão incluídos nas mudanças.

A expansão da capacidade fabril e a modernização das principais linhas de montagem são parte do investimento de R\$ 4,5 bilhões que a GM realiza no Brasil (veja [aqui](#)).

O complexo de Joinville produz motores e cabeçotes, enquanto Gravataí e São Caetano do Sul (SP) concentram a montagem dos modelos Onix, Prisma, Cobalt, Spin e Montana, que representam cerca de 75% das vendas da Chevrolet no País. “Como os estoques dos modelos Chevrolet foram consumidos, estamos acelerando a distribuição às concessionárias para atender às encomendas”, informa o vice-presidente da GM Mercosul, Marcos Munhoz.

A fábrica de São José dos Campos (SP), que fabrica em dois turnos a picape S10 e o SUV Trailblazer, não teve a produção interrompida.

Nissan projeta venda de 1 milhão de carros elétricos por ano até 2022

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business



A **Nissan** anunciou um novo plano estratégico global de médio prazo que tem como principal meta a de vender **1 milhão de carros elétricos** por ano até 2022. O Nissan M.O.V.E. to 2022 inclui os carros puramente elétricos e aqueles equipados com o e-Power, sistema de powertrain elétrico que conta com um pequeno motor a gasolina para carregar a bateria, eliminando a necessidade de um carregador externo. Está

previsto o lançamento de oito modelos 100% elétricos com base na tecnologia utilizada no modelo Leaf, além da evolução de sistemas para carros autônomos e de conectividade. Está prevista uma ofensiva de carros elétricos na China sob diferentes marcas, além de um mini carro elétrico no Japão, um crossover elétrico global inspirado no Nissan IMx Concept (*veja abaixo*).

A montadora prevê ainda eletrificar os novos modelos de sua marca de luxo Infiniti a partir de 2021, equipar vinte modelos em vinte mercados com tecnologia de condução autônoma e alcançar 100% de conectividade em todos os novos modelos das marcas Nissan, Infiniti e Datsun em seus principais mercados até o fim do plano.

“Nosso produto e estratégia de tecnologia são dedicadas a posicionar a Nissan para liderar a evolução da tecnologia, do negócio e da indústria automotiva. Nossos esforços estão focados no fornecimento da mobilidade inteligente englobando os três elementos centrais da eletrificação, condução autônoma, conectividade e novos serviços de mobilidade”, declarou o diretor de planejamento da Nissan, Philippe Klein.

Segundo o executivo, com este plano estratégico voltado para o futuro dos seus carros, a Nissan visa um aumento de 30% da receita anualizada até o fim do ano-fiscal de 2022, para algo equivalente a US\$ 157,3 bilhões (¥ 16,5 trilhões, na conversão livre).

A empresa também espera margem de lucro operacional de 8% e fluxo de caixa livre acumulado de US\$ 23,8 bilhões (¥ 2,5 trilhões). Klein disse que a estratégia pretende alavancar os ativos de plataforma e de powertrain da Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi para apoiar esses objetivos da empresa. A montadora também espera que os veículos eletrificados (os 100% elétricos + os equipados com e-Power) representem 40% das vendas da empresa no Japão e na Europa até 2022 e metade das vendas até 2025.

Nos Estados Unidos, a expectativa é de 20% a 30% até 2025, enquanto na China a projeção aponta para algo entre 35% a 40%. E até 2025, a Infiniti espera que os veículos eletrificados representem 50% de suas vendas globais.

Na China, sua ofensiva de produtos novos e elétricos será liderada por um novo veículo elétrico do segmento C, que chegará ainda este ano e que será derivado da mesma tecnologia utilizada pela nova geração do elétrico Leaf.

A nova gama também incluirá um elétrico acessível que será desenvolvido em conjunto pela aliança e pela sua parceira chinesa Dongfeng em uma plataforma de SUV do segmento A. Outros dois derivados de veículos elétricos também estão sendo preparados para a marca Venucia, vendida apenas na China.

Para a direção autônoma, a empresa implantará a tecnologia ProPilot em vinte modelos em vinte mercados até 2022, com meta de vender 1 milhão de veículos equipados com o ProPilot por ano até 2022. O sistema ganhará atualizações importantes para automatizar a condução em faixas de rolamento de rodovias e gerenciar os destinos dos veículos. Estas melhorias do sistema serão introduzidas primeiro no Japão como um projeto-piloto em até um ano.

“Com base na história da Nissan de criar tecnologias de segurança pioneiras, continuamos a evoluir a tecnologia autônoma buscando a conveniência da condução com 'mãos livres' e 'olhos-livres' em todas as situações. Já temos mais veículos na estrada com capacidades semiautônomas do que qualquer outro fabricante de automóveis, e continuamos a aprender com essa experiência para trazer benefícios aos clientes”, disse o coordenador de projetos de condução autônoma da Aliança, Takao Asami.

Já para a área de conectividade, o objetivo é oferecê-la em 100% dos novos modelos Nissan, Infiniti e Datsun a partir do lançamento da Nuvem Conectada da Aliança (Alliance Connected Cloud), serviço que permitirá que todas as empresas da Aliança se integrem à gestão de dados dos novos modelos e daqueles que já estão nas ruas. "Ele apoiará serviços de info-entretenimento, bem como um mecanismo de comunicação único para facilitar as atualizações 'over the air' para todos veículos", disse o coordenador líder para a área de projetos em conectividade da Aliança, Ogi Redzic.

O sistema Nuvem Conectada da Aliança fornece a base para permitir a expansão de serviços conectados e de mobilidade, incluindo veículos-robô. A Nissan testou seu primeiro serviço de veículos-robô, denominado Easy Ride, com a empresa DeNA no início deste mês e em 2020, a montadora pretende fornecer serviços comerciais diretamente aos clientes.

Convite: Transformação Digital- Puc 18 a 19/abril

27/03/2018 – Fonte: Automotive Business

The poster features a dark blue background with a glowing, abstract network of white and light blue lines. The main title 'TRANSFORMAÇÃO DIGITAL' is prominently displayed in large, white, bold letters, with 'DIGITAL' in a smaller, orange font. Below the title, it says 'ESCOLA POLITÉCNICA PUCPR'. A subtitle in white italicized font reads: 'Prepare-se para conhecer grandes projetos 4.0 que já fazem parte da transformação nos negócios'. The event details are listed in white: 'SAVE THE DATE', '18 E 19 DE ABRIL', '8h às 17h', and 'FTD DIGITAL ARENA | PUCPR'. At the bottom, a white box titled 'EMPRESAS PARCEIRAS' contains logos for Festo, Rockwell Automation, Sistema Fiep, 3D INOVA, Pollux, Renault, TOTVS, and Targa. The PUCPR logo is also present at the bottom center.

Para inscrição, acesse o link: https://www.sympla.com.br/transformacao-digital--escola-politecnica-pucpr_262893